

CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A

***Demonstrações Financeiras Intermediárias
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
e semestres findos em 30 de Junho de 2020 e 2019***

Relatório da Administração	03
Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	08
Ativo	11
Passivo	12
Demonstração dos resultados	13
Demonstração dos resultados abrangentes	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	17

Senhores Acionistas, Clientes, Corretores, Colaboradores e Parceiros.

Submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras da CAPEMISA Capitalização relativas ao primeiro semestre do exercício 2020, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de seguros privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

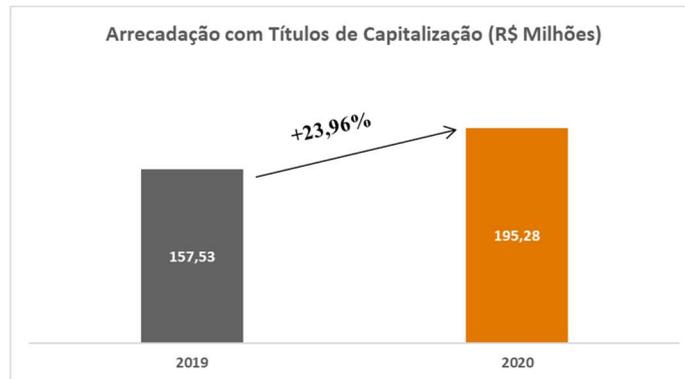
1. Desempenho das Operações de Capitalização

No primeiro semestre de 2020, a Capemisa Capitalização manteve suas operações nas modalidades de títulos de capitalização Filantropia Premiável (modalidade cuja característica principal é o direcionamento de parte da arrecadação para projetos de relevância social ligada a Entidades beneficentes) e Instrumento de Garantia (modalidade utilizada para garantir obrigação financeira previamente assumida pelo subscritor), buscando novas parcerias comerciais para a distribuição dos seus produtos com foco em rentabilidade nas operações, de modo que, seja perene o crescimento da Sociedade.

A Capemisa Capitalização realizou investimentos em tecnologia no decorrer do primeiro semestre de 2020, visando melhorias nos processos internos.

Arrecadação

Atenta às oportunidades geradas pelo novo marco regulatório, a Empresa aproveitou as circunstâncias para se consolidar como um dos principais players do mercado de Filantropia Premiável. Esse movimento culminou na elevação do ticket médio dos títulos comercializados pela Empresa e, conseqüentemente, na arrecadação total da Sociedade, que aumentou em 23,96% em relação ao mesmo período de 2019.



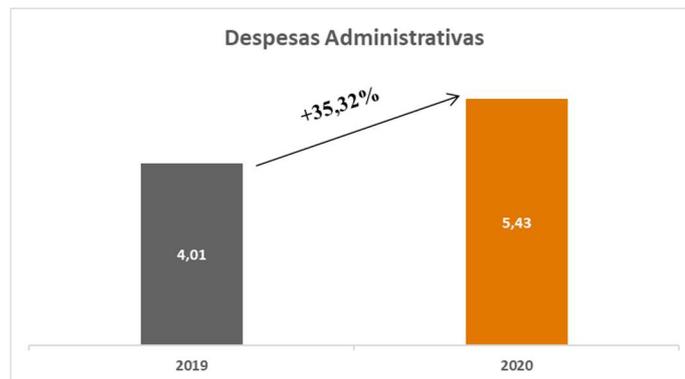
Resultado das Operações de Capitalização

Acompanhando o crescimento das arrecadações, o resultado operacional de capitalização aumentou em 27,80%, influenciado, principalmente, pela entrada em comercialização dos produtos de Filantropia Premiável.



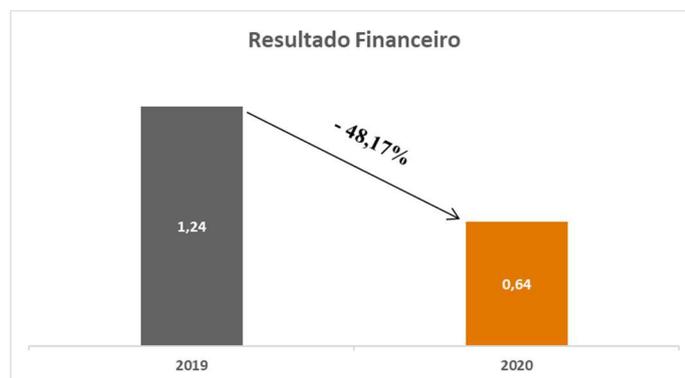
Despesas Administrativas

Até junho de 2020, as despesas administrativas cresceram 35,32% em relação ao ano anterior. Tal elevação foi impulsionada pelo aumento dos tributos PIS e Cofins, explicado pela composição de preços do produto Filantropia Premiável.



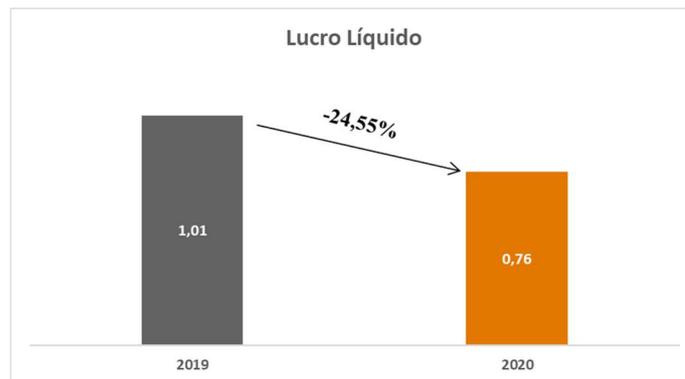
Resultado Financeiro

Os cortes constantes nas taxas de juros afetaram diretamente a rentabilidade da carteira de investimentos da Sociedade. Dado este cenário, no primeiro semestre de 2020 a empresa apresentou, um resultado financeiro 48,17% menor do que o obtido no mesmo período de 2019.



Lucro Líquido

Em função do grau de especialização da Capemisa na modalidade Filantropia Premiável, a Empresa captou novos clientes e parceiros, de modo a apresentar um crescimento expressivo na sua arrecadação e no seu resultado operacional. Em contrapartida, movimentos não recorrentes de redução ao valor recuperável e de constituições de provisões cíveis, acabaram consumindo uma parte do resultado da empresa. Tendo atingido no primeiro semestre de 2020 o Lucro Líquido de R\$ 765 mil, valor 24,55% inferior ao obtido no mesmo período de 2019. Deste modo, no primeiro semestre de 2020, a Sociedade rentabilizou o Patrimônio dos acionistas em 3,10%.



2. Desafios e Gestão

O principal desafio da Sociedade para o segmento de capitalização é ampliar a participação de mercado atingindo novos segmentos e canais de distribuição, notadamente na modalidade de Filantropia Premiável, sem negligenciar as modalidades de Incentivo, Tradicional e Instrumento de Garantia.

Neste cenário, a Capemisa vem investindo seus recursos financeiros, tecnológicos e humanos para adaptar seus sistemas, processos e contratos a nova regulamentação, mantendo-se em *compliance* com as boas práticas de mercado.

3. Governança Corporativa

O Grupo CAPEMISA vem desenvolvendo o seu modelo de gestão com ações concretas de implementação dos princípios e das melhores práticas de Governança Corporativa. A revisão das diretrizes corporativas e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, dos controles internos e das ações de prevenção e combate à fraude e lavagem de dinheiro, têm permitido um salto em qualidade na manutenção e no refinamento do seu modelo de negócios, considerando sempre os padrões mais elevados de integridade, ética profissional e social. A segurança da informação é uma preocupação constante para o Grupo.

4. Declaração sobre a Capacidade Financeira

A Administração, em conformidade com as exigências legais, constituiu provisões, de acordo com as melhores práticas de gestão, tendo assim, seus riscos administrados e mitigados de acordo com as normas da SUSEP, o que ratifica a solvência da Sociedade para cobertura de suas responsabilidades. A CAPEMISA Capitalização se mantém como Empresa sólida e capaz de honrar seus compromissos, em sua totalidade, até o seu vencimento. Conforme

requerido pela Circular SUSEP nº 517/15, e alterações, declaramos que os títulos classificados na categoria “até o vencimento” serão mantidos.

5. Reformulação, Reorganização Societária e/ou Alteração no Controle Acionário

A administração ressalta que não houve reformulações, reorganizações societárias e/ou alterações no controle acionário da Sociedade.

6. Política de distribuição de Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio e Reinvestimento dos Lucros

A política de distribuição de lucros prevê de acordo com o estatuto social o dividendo mínimo aos acionistas de 25% do lucro líquido apurado. Durante o primeiro semestre de 2020, foram disponibilizados, aos acionistas, o montante bruto de R\$ 600 mil de juros sobre o capital próprio, o qual, após a dedução de R\$ 90 mil de imposto de renda retido na fonte, representa o montante líquido de R\$ 510 mil.

7. Outros Assuntos

Com a propagação da Pandemia de COVID-19, a Sociedade foi impactada com a redução da arrecadação dos títulos de capitalização nos meses de abril, maio e junho de/2020 e o resultado financeiro também reduziu dada a queda brusca nas taxas de juros e do montante de ativos sob gestão.

A Administração da Sociedade preocupada com o bem-estar de seus colaboradores adotou ações de contingenciamento baseadas principalmente no PCN (Plano de Continuidade de Negócios) e implantou o regime de Home Office que permanece ativo até o presente momento e está trabalhando no protocolo de retorno às suas atividades presenciais.

Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis desdobramentos da COVID-19, a Administração concluiu que o risco de um maior impacto em seus resultados está, no momento, mitigado e continua atenta acompanhando a evolução do cenário econômico e seus reflexos no desempenho de suas operações.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Diretores e Acionistas da
CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.** (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.** (“Sociedade”) em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos determinados pelo Órgão como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

AUDITORIA O CONSULTORIA O TERCEIRIZAÇÃO O IMPOSTOS

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes atuando como Baker Tilly é um membro da rede global Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2020

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes

AUDITORIA O CONSULTORIA O TERCEIRIZAÇÃO O IMPOSTOS

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes atuando como Baker Tilly é um membro da rede global Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.

CRC-RJ 005.333/O-0

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Paulo".

Paulo Ricardo Alaniz
Contador - CRC-RS 042460/O

CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	30.06.2020	31.12.2019
CIRCULANTE		43.593	69.610
Disponível		267	1.482
Caixa e bancos		267	1.482
Aplicações	4	34.406	55.964
Créditos das operações de capitalização	5	8.783	10.937
Créditos das operações de capitalização		8.783	10.937
Outros créditos operacionais	6	-	1.002
Títulos e créditos a receber	7	97	200
Créditos tributários e previdenciários	7.1	55	193
Outros créditos	7.2	42	7
Despesas antecipadas		40	25
ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.865	6.095
Realizável a longo prazo		7.941	6.027
Aplicações	4	7.290	5.814
Títulos e créditos a receber	7	651	213
Créditos tributários e previdenciários	7.1	651	209
Depósitos judiciais e fiscais	7.2	-	4
Imobilizado	8	3	4
Bens móveis		3	4
Intangível	9	921	64
Outros intangíveis		921	64
TOTAL DO ATIVO		52.458	75.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas	30.06.2020	31.12.2019
CIRCULANTE		27.584	51.287
Contas a pagar		3.942	3.397
Obrigações a pagar	10	1.537	1.021
Impostos e encargos sociais a recolher	11	884	1.320
Encargos trabalhistas	11	333	212
Impostos e contribuições	12	1.188	844
Débitos de operações com capitalização	13	259	218
Débitos operacionais		259	218
Depósitos de terceiros	14	-	724
Provisões técnicas - capitalização	15	23.383	46.948
Provisão para resgates		18.857	38.139
Provisão para sorteio		3.575	7.962
Provisão administrativa		951	847
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		447	54
Contas a pagar		-	54
Tributos diferidos	16	-	54
Outros débitos	17	447	-
Provisões judiciais		447	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	24.427	24.364
Capital social	18.1	16.759	16.759
Reservas de lucros	18.3	7.524	7.524
Ajuste de avaliação patrimonial		(21)	81
Lucros acumulados		165	-
TOTAL DO PASSIVO		52.458	75.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Semestres Findos em 30 de Junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>Notas</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Receita líquida com títulos de capitalização		109.615	84.022
Arrecadação com títulos de capitalização		195.276	157.528
Varição da provisão para resgate		(85.661)	(73.506)
Varição das provisões técnicas		(103)	(149)
Resultado com sorteio		(60.952)	(61.207)
Custos de aquisição	21.a	(41.572)	(17.667)
Outras receitas e despesas operacionais	21.b	(1.181)	(455)
Outras receitas operacionais		34	64
Outras despesas operacionais		(1.215)	(519)
Despesas administrativas		(3.134)	(2.919)
Pessoal próprio	21.c	(2.363)	(2.004)
Serviços de terceiros	21.d	(413)	(592)
Localização e funcionamento	21.e	(221)	(224)
Publicidade e propaganda		(9)	(1)
Publicações		(77)	(63)
Donativos e contribuições		(46)	(25)
Despesas administrativas diversas		(5)	(10)
Despesas com tributos	21.f	(2.295)	(1.093)
Resultado financeiro	21.g	641	1.237
Receitas financeiras		1.122	1.453
Despesas financeiras		(1.081)	(216)
Reversão do Juros sobre capital próprio		600	-
Resultado operacional		1.019	1.769
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(41)	-
Resultado antes dos impostos e participações		978	1.769
Imposto de renda	22	(124)	(461)
Contribuição social	22	(52)	(267)
Participações sobre o lucro		(37)	(28)
Resultado líquido do período		765	1.013
(/) Quantidade de ações		15.914.000	15.914.000
Resultado líquido do período por ação (em reais)		0,05	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Semestres Findos em 30 de Junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>Notas</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		765	1.013
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (ORA)			
Itens que serão reclassificados para o resultado:			
Ativos financeiros disponíveis para venda - ajuste a valor justo	4.1	(168)	30
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes		66	(10)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDOS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(102)</u>	<u>20</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		<u>663</u>	<u>1.033</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres Findos em 30 de Junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

DISCRIMINAÇÃO	Notas	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO CAPITAL (EM APROVAÇÃO)	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTARIA	AJUSTE TVM		
Saldos em 31 de dezembro de 2018		13.258	3.500	243	3.686	22	-	20.709
Capital integralizado em 17/01/2019	18.2	-	1	-	-	-	-	1
Revisão da proposta de distribuição do resultado de 2018, conforme AGO 27/02/2019		-	-	-	446	-	-	446
Aprovação Aumento de Capital conforme Portaria SUSEP/CGRAL 45 nº de 03/05/2019	18.2	3.501	(3.501)	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	20	-	20
Resultado Líquido do Período		-	-	-	-	-	1.013	1.013
Saldos em 30 de Junho de 2019		16.759	-	243	4.132	42	1.013	22.189
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		16.759	-	451	7.073	81	-	24.364
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	(102)	-	(102)
Resultado Líquido do Período		-	-	-	-	-	765	765
Juros sobre o Capital Próprio	18.4	-	-	-	-	-	(600)	(600)
Saldos em 30 de Junho de 2020		16.759	-	451	7.073	(21)	165	24.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Semestres Findos em 30 de Junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Atividades Operacionais		
Resultado líquido do Período	765	1.013
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	17	1
Redução ao valor recuperável dos ativos	440	62
Ganhos e perdas não realizados com TVM	(102)	20
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	20.082	(2.669)
Créditos das operações de capitalização	2.154	5.645
Créditos fiscais e previdenciários	97	12
Ativo fiscal diferido	(443)	(61)
Depósitos judiciais e fiscais	5	-
Despesas antecipadas	(15)	(2)
Outros ativos	569	(813)
Impostos e contribuições	1.086	1.176
Outras contas a pagar	(398)	94
Depósitos de terceiros	(724)	(526)
Provisões técnicas - capitalização	(23.566)	(3.710)
Provisões judiciais	447	-
Tributos diferidos	(54)	10
Outros passivos	40	397
Caixa Gerado pelas Operações	400	649
Imposto sobre o lucro pagos	(742)	(952)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	(342)	(303)
Atividades de Investimento		
Pagamento pela Compra:		
Intangível	(873)	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	(873)	-
Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	-	1
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	-	1
Redução Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(1.215)	(302)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.482	709
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	267	407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras intermediárias
Em 30 de Junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Capemisa Capitalização S.A. (“Sociedade”) é uma Sociedade Anônima Fechada, autorizada a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar planos de capitalização em todo o território nacional, podendo, ainda, participar de outras Sociedades.

A Sociedade está atuando nas modalidades Incentivo, Filantropia Premiável e Instrumento de Garantia. Entende-se por Modalidade Incentivo o Título de Capitalização que está vinculado a um evento promocional instituído pelo Subscritor. O subscritor neste caso é a empresa promotora do evento que compra o título e o cede total ou parcialmente (somente o direito ao sorteio) aos clientes consumidores do produto ou serviço utilizado no evento promocional. E ainda, entende-se por Modalidade Filantropia Premiável aquela em que o consumidor tem a prerrogativa em doar o resgate para uma entidade filantrópica já no ato da compra e permanece com o direito de participar dos sorteios. E ainda, entende-se por Modalidade Instrumento de Garantia o Título de Capitalização que está vinculado como garantia de obrigações previamente assumidas pelo Subscritor.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, recepcionados pela SUSEP no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foi realizado o critério de comparabilidade estabelecido no pronunciamento CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas no pressuposto da

continuidade operacional e declara que não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações foram elaboradas com base no princípio da continuidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os instrumentos financeiros disponíveis para venda; e
- Provisões técnicas mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Sociedade é o Real e todos os saldos, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

2.4. Conclusão das demonstrações financeiras intermediárias

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 25 de agosto de 2020.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no resultado prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo consideram as seguintes estimativas e premissas:

- (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras;
- (ii) As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material próximo no período contábil.

- Nota 2.6 – Estimativa do valor justo
- Nota 2.7 – Gestão de Riscos
- Nota 3.1 – Instrumentos Financeiros
- Nota 3.6 e Nota 15 – Provisões Técnicas
- Nota 4 – Aplicações Financeiras

2.6. Estimativa do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Pressupõe-se que os saldos dos créditos das operações de capitalização e os demais saldos de créditos a receber, menos a perda (*impairment*); contas a pagar e as provisões técnicas registrados pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos.

Os itens abaixo classificam os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação:

- **Nível 1** - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2** - informações, além dos preços cotados no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - informações para os ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (ou seja, premissas não observáveis).

2.7. Gestão de riscos

A Capemisa Capitalização possui uma estrutura de Gestão de Riscos, com reporte direto à Diretoria, que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade. A estrutura é liderada pela Superintendência de Governança Corporativa e visando manter o princípio da transparência na gestão de riscos, a Capemisa utiliza uma ferramenta que consolida os riscos, mantendo o monitoramento dos níveis de exposição aos principais riscos reportados na matriz *versus* os controles, contendo também o *workflow* e *follow-up* de cada plano de ação, que permite uma ação tempestiva e medidas cabíveis em caso de não conformidade com os limites definidos. Desta forma torna-se possível avaliar os riscos aceitos ou se há riscos que demandam uma estratégia de evitá-los, mitigá-los ou transferi-los. As principais categorias de riscos decorrentes dos negócios da Sociedade são os Riscos de Subscrição, Crédito, Mercado e Operacional.

O processo de gerenciamento de riscos da Capemisa Capitalização é composto pelas 3 linhas de defesa, que contempla a atuação integrada entre o gestor de riscos, auditoria

interna e as áreas que exercem função de controle, e que a partir de seus trabalhos regulares revisam a gestão dos riscos implementada na Sociedade. Este processo permeia diferentes departamentos, com os papéis e responsabilidades definidos no Manual da Organização e nele contempla a atuação integrada do gestor como proprietário dos riscos na primeira linha de defesa.

A Gestão de Riscos se dá por meio de políticas e estratégias que são reavaliadas frequentemente, com o aprimoramento contínuo da gestão baseada em riscos e uma visão integrada ao seu sistema de controles internos, para o monitoramento das suas operações de negócios e atendimento aos compromissos com seus acionistas, clientes, órgão regulador e fiscalizador e demais partes com as quais se relaciona.

Gestão dos Riscos Operacionais

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal.

A Capemisa Capitalização atua na gestão de seus riscos operacionais de forma conservadora, segregando as funções de gestão de riscos e de negócios. Para tal, adota as melhores práticas, entre elas a revisão das políticas, a criação de indicadores e a emissão de recomendações aos gestores, com o objetivo de prevenir, corrigir e inibir fragilidades, respeitadas as normas e diretrizes de supervisão e de regulação.

Processo de Gestão dos Riscos Financeiros:

A Gestão de Risco dos instrumentos financeiros é conduzida na primeira camada pela Gerência Financeira que faz a gestão e executa as estratégias de investimentos considerando os critérios de liquidez, solvência, rentabilidade e segurança orientada pela Circular Normativa de Gestão de Investimentos, na qual estão inseridas as diretrizes de investimentos da Sociedade. Na segunda camada, a Sociedade possui um Comitê de Investimentos que tem por objetivo assessorar na Gestão de Investimentos, avaliando a conformidade com as normas regulamentares aplicáveis e as diretrizes das políticas, em especial a Política de Investimentos.

A atividade da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros, classificados como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas decorrentes das flutuações do valor dos ativos, cotações de mercado dada às oscilações do mercado financeiro, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco incluindo risco de moeda e de risco de preço.

O controle e a identificação dos riscos dos ativos financeiros são baseados em análise quantitativa, usando como base o modelo de capital de risco de mercado da SUSEP.

Visto o perfil de negócio da Sociedade, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para a efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimentos segregadas por fator de risco de mercado:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Pós Fixados (SELIC/CDI)	85,42%	84,32%
Pré Fixados	14,58%	15,68%

Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Com o objetivo de minimizar o risco de crédito, a maior parte dos ativos garantidores está alocada em títulos públicos federais e o restante dos recursos alocados em ativos de créditos privados criteriosamente selecionados e que são monitorados diariamente pela gerência financeira e acompanhado pelo Comitê de Investimentos.

Em relação a emissões de empresas financeiras e não financeiras é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências especializadas.

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: *Fitch*, *Moody's* e *Standard&Poor's*:

30.06.2020

Rating	Debêntures	CDB/RDB	LF	CRI	TOTAL
AAA	-	-	1.213	-	1.213
A+	968	-	-	-	968
TOTAL	968	-	1.213	-	2.181

Em 31/12/2019 a Capemisa Capitalização não estava alocada em aplicações de créditos privados diretamente ou através de fundos exclusivos.

Risco de liquidez

Consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos, ou seja, consiste na possibilidade de uma empresa não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros.

Como forma de mitigar esse risco, a Capemisa Capitalização mantém a carteira de liquidez alocada em títulos de renda fixa ou fundos de investimentos abertos e monitora a solvência e previsões contínuas das exigências de caixa com o objetivo de garantir liquidez diária e suprir as necessidades da Sociedade.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. A aplicação dos recursos garantidores de reservas técnicas e das provisões estão de acordo com a regulação vigente, observando os critérios do ALM, com vencimentos e liquidez capazes de fornecer margem para alcançar os objetivos da Sociedade.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Sociedade está exposta:

Em 30.06.2020:

	Sem Vencimento	Vencidos		A Vencer		TOTAL
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	
Caixa e Bancos	267	-	-	-	-	267
Aplicações	34.406	-	-	-	7.290	41.696
Créditos das Operações de capitalização	-	8.850	-	-	-	8.850
Outros créditos operacionais	-	766	-	-	-	766
Títulos e Créditos a Receber	795	-	-	41	-	836
TOTAL ATIVOS	35.468	9.616	-	41	7.290	52.415
Contas a pagar	-	2	-	3.940	-	3.942
Débitos de operações com capitalização	-	-	-	259	-	259
Provisões Técnicas - Capitalização	951	2.320	1.325	18.787	-	23.383
Outros Débitos	447	-	-	-	-	447
TOTAL PASSIVOS	1.398	2.322	1.325	22.986	-	28.031

Em 31.12.2019:

	Sem Vencimento	Vencidos		A Vencer		TOTAL
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	
Caixa e Bancos	1.482	-	-	-	-	1.482
Aplicações	55.964	-	-	-	5.814	61.778
Créditos das Operações de capitalização	-	11.004	-	-	-	11.004
Outros créditos operacionais	-	1.369	-	-	-	1.369
Títulos e Créditos a Receber	454	-	-	7	-	461
TOTAL ATIVOS	57.900	12.373	-	7	5.814	76.094
Contas a pagar	54	-	-	3.397	-	3.451
Débitos de operações com capitalização	-	218	-	-	-	218
Depósitos de terceiros	-	724	-	-	-	724
Provisões Técnicas - Capitalização	847	6.751	1.257	38.093	-	46.948
TOTAL PASSIVOS	901	7.693	1.257	41.490	-	51.341

Derivativos

A Capemisa Capitalização não apresentou posicionamento direto em derivativos no primeiro semestre de 2020. A única exposição a derivativos se deve a fundos de investimentos abertos que utilizaram os mesmos na função de *Hedge* de carteira. A Capemisa realiza internamente acompanhamento dos ativos dos fundos de que é cotista e todos os fundos respeitam as regulações vigentes (Resolução BACEN nº 4.444 de 2015 e Resolução CNSP nº 321 de 2015). Observamos que os regulamentos desses fundos, além de determinarem que os derivativos somente podem ser utilizados na faculdade de Hedge das carteiras, estabelecem que os mesmos não podem realizar alavancagem de sua posição ou de seu patrimônio líquido.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Representam cheques emitidos e não compensados e numerário disponível em contas bancárias. Estes ativos apresentam risco insignificante de alteração do valor justo, e são acompanhados pela Sociedade na gestão das obrigações de curto prazo e estão representados pela rubrica “Caixa e Bancos”.

3.1.2. Ativos financeiros

A Administração da Sociedade realiza a seguinte classificação dos seus ativos financeiros:

I. Valor justo por meio do resultado – Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. As mudanças no valor justo desses ativos, incluindo rendimentos e ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período;

II. Disponíveis para venda – Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de “títulos para negociação” e “títulos mantidos até o vencimento”. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado do período e são ajustados aos seus respectivos valores justos, classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica “Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários” no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. As valorizações e desvalorizações, quando realizadas, são apropriadas ao resultado do período, em contrapartida da mencionada conta no patrimônio líquido.

III. Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Sociedade tem intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados no resultado do período.

IV. Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros representados pelos créditos a receber e demais contas a receber, com pagamentos determináveis. Posteriormente, tais ativos são mensurados pelo custo amortizado, ajustado, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.2. Redução ao valor recuperável

3.2.1. Ativos financeiros

A Administração da Sociedade realiza a análise de recuperabilidade dos seus ativos no mínimo a cada data de balanço.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um

evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Sociedade em condições não consideradas normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Se um evento subsequente indicar reversão da perda, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

3.2.2. Créditos das operações de capitalização

A redução ao valor recuperável dos créditos das operações de capitalização é realizada conforme critério definido na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, ou seja, para os créditos vencidos há mais de 60 dias a sociedade reconhece o registro em conta redutora ao ativo correspondente.

3.3. Imobilizado

Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item.

3.4. Intangível

Mensurado pelo custo histórico, e é constituído por gastos com aquisição de software. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20%a.a.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são calculados com base

nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (no exercício) para imposto de renda, e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

3.6. Provisões técnicas

3.6.1. Provisão matemática para capitalização

A provisão matemática para capitalização deve ser constituída enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial.

3.6.2. Provisão para resgates

Deve ser constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei.

3.6.2.1. Resgate de títulos vencidos

Deve ser constituída para todos os títulos com prazo de vigência concluído.

3.6.2.2. Resgate antecipado de títulos

Deve ser constituída para todos os títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador.

3.6.3. Provisão para sorteios a realizar

A provisão para sorteios a realizar abrange a parcela dos valores arrecadados para sorteio e deverá ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

3.6.4. Provisão para sorteios a pagar

A provisão para sorteios a pagar deverá ser constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei.

3.6.5. Provisão complementar de sorteios

A provisão complementar de sorteios deve representar a melhor estimativa para garantir o pagamento do prêmio de sorteio complementar ao previsto na PSR. Os critérios e cálculos para constituição de seu saldo, devem respeitar as cláusulas contratuais definidas para a realização de sorteios futuros com contemplação obrigatória ou de premiação instantânea.

3.6.6. Provisão de despesas administrativas

A provisão para despesas administrativas tem o objetivo de garantir a cobertura das despesas administrativas futuras com a manutenção/operacionalização da carteira em um cenário de *run-off*.

3.6.7. Prescrição de títulos

A Sociedade adota, nas provisões para resgates e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil.

3.6.8. Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Durante o período, as provisões técnicas das Modalidades Incentivo e Filantropia Premiável foram atualizadas com base na TR com taxa de juros de 0,16% ao mês.

3.7. Avaliação de ativos e passivos

Os ativos e passivos são sujeitos à atualização monetária com base nos índices definidos legalmente ou em contratos.

3.8. Ativos e Passivos Contingentes

Ativos contingentes: reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados pela Gerência Jurídica da Sociedade;

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com estimativas fundamentadas. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados pela Gerência Jurídica, com objetivo de ser observado o critério de provisão estabelecido pela Sociedade;

3.9. Provisões para ações judiciais

As provisões para as ações de natureza cível, não relacionadas ao pagamento de sorteios, resgates dos títulos e indenizações por danos morais são registradas com base na classificação da probabilidade de perda dos processos, nos seguintes termos: A classificação do risco de perda das demandas judiciais da Sociedade é realizada com base na avaliação dos seus assessores jurídicos, levando em conta a natureza das demandas, o pedido do autor, os subsídios técnicos, as provas, o posicionamento do tribunal em que tramitam, a sua complexidade, a similaridade com processos anteriores, bem como o posicionamento dos tribunais superiores sobre o tema, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais.

As provisões de ações judiciais de conteúdo cível são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas avaliações dos advogados internos e externos que trabalham com a Gerência Jurídica e com a Administração, especialmente quanto ao provável resultado dos processos judiciais. Estas provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado.

3.10. Classificação no circulante e não circulante

A Sociedade procede, no mínimo a cada data de balanço, a revisão dos valores inscritos no Ativo e no Passivo Circulante, como o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base.

3.10.1. Ativos e passivos sem vencimento

A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação.

Os ativos mantidos com o propósito de negociação são considerados no ativo circulante.

3.11. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência:

Para o reconhecimento das receitas de capitalização o registro é realizado a partir da data de emissão do produto de Pagamento Único (PU). O reconhecimento das despesas de provisões técnicas das operações de capitalização é na emissão do título. A própria natureza da operação dos produtos atualmente comercializados pela Capemisa Capitalização é suficiente para comprovar a contabilização das receitas de forma integral e não diferida. Isto porque, os sorteios ocorrem no primeiro ou segundo mês de vigência,

conforme estabelecido em Nota Técnica Atuarial, não havendo, portanto, despesas residuais relevantes que justifiquem o diferimento da receita. A receita com prescrição de títulos corresponde às contribuições registradas nas provisões de sorteios a pagar, e são reconhecidas nos prazos estabelecidos no Código Civil.

4. Aplicações Financeiras

4.1. Composição das aplicações financeiras

Em 30.06.2020:

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros	Vencimento	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado				33.438	33.438	80,20%
Fundo de Investimento de Renda						
Fixa	1			8.157	8.157	19,56%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2020	1.609	1.609	3,86%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2021	2.236	2.236	5,37%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2022	1.491	1.491	3,58%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2023	756	756	1,81%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2024	3.704	3.704	8,88%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2024	670	670	1,61%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2025	3.383	3.383	8,11%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2025	3.701	3.701	8,88%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2026	7.731	7.731	18,54%
II- Disponível para venda (*)				968	968	2,32%
Debênture CDI	1	CDI + 1,45%	15/06/2024	968	968	2,32%
III- Mantido até o vencimento (**)				7.290	7.940	17,48%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	7,94% a 10,54%	01/01/2022	3.125	3.445	7,49%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,19%	01/07/2022	2.952	3.282	7,08%
Letra Financeira CDI	1	114,4% CDI	23/01/2025	1.213	1.213	2,91%
				41.696	42.346	100,00%

Em 31.12.2019:

<u>Categoria</u>	<u>Nível de Hierarquia</u>	<u>Taxa de Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>% por Categoria</u>
I- Valor justo por meio do resultado				52.091	52.091	84,32%
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1	-	-	14.929	14.929	24,17%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2020	1.099	1.099	1,78%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2021	2.199	2.199	3,56%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2022	1.465	1.465	2,37%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2023	4.134	4.134	6,69%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2024	3.662	3.662	5,93%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2024	1.486	1.486	2,41%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2025	9.938	9.938	16,09%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2025	5.858	5.858	9,48%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2026	7.321	7.321	11,85%
II- Disponível para venda (*)				3.873	3.873	6,27%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	8,05%	01/07/2022	612	612	0,99%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	6,01% a 8,44%	01/07/2023	3.261	3.261	5,28%
III- Mantido até o vencimento (**)				5.814	6.324	9,41%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	7,94% a 10,54%	01/01/2022	2.986	3.247	4,83%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,19%	01/07/2022	2.828	3.077	4,58%
				61.778	62.288	100,00%

(*) O saldo na curva é de R\$ 1.002 em 30.06.2020 (R\$ 3.738 em 31.12.2019).

(**) Os referidos investimentos estão avaliados na "curva".

4.2. Movimentação das aplicações financeiras

	<u>Valor justo por meio do resultado</u>	<u>Disponível para venda</u>	<u>Mantido até o vencimento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2018	34.875	1.187	5.813	41.875
Aplicação	178.744	3.625	562	182.931
Resgate	(163.685)	(1.209)	(1.091)	(165.985)
Rendimentos	2.157	176	530	2.863
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	94	-	94
Saldo em 31.12.2019	52.091	3.873	5.814	61.778
Aplicação	110.581	1.402	1.196	113.179
Resgate	(129.771)	(4.241)	-	(134.012)
Rendimentos	537	103	280	920
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(169)	-	(169)
Saldo em 30.06.2020	33.438	968	7.290	41.696

4.3. Garantia das Provisões Técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Aplicações em Renda Fixa	41.696	61.778

A Sociedade possui excesso de cobertura no montante de R\$ 18.314 (R\$ 14.830 em 31.12.2019).

5. Créditos das operações de capitalização

A composição dos créditos de títulos de capitalização a receber por vencimento, está distribuído da seguinte forma:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Vencidos entre 1 e 30 dias	6.037	10.937
Vencidos entre 31 e 60 dias	2.746	-
Superior a 61 dias	67	67
	8.850	11.004
Redução ao valor recuperável	(67)	(67)
	8.783	10.937

A movimentação dos créditos das operações de capitalização está demonstrada a seguir:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Saldo inicial	11.004	17.046
Emissões	195.276	425.617
Recebimentos	(197.430)	(431.659)
Saldo final	8.850	11.004

6. Outros créditos operacionais

Refere-se a realização de Instrumentos Particulares de Confissão de Dívidas conforme demonstrado abaixo:

Celebração da Confissão de Dívida	Valor Total	Forma de Pagamento	Quantidade de parcelas	Valor da Parcela	Data primeiro pagamento	Saldo em 30.06.2020	RVR (a)	Saldo em 30.06.2020
07/06/2019	909	Mensal	7	130	18/06/2019	260	(260)	-
12/12/2019	1.002	Semanal	25	40	10/01/2020	506	(506)	-
						766	(766)	-

(a) A Sociedade está envidando esforços na esfera administrativa para reaver os valores das parcelas inadimplidas relativo a referida confissão de dívida.

7. Títulos e créditos a receber

7.1. Créditos tributários e previdenciários

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Circulante:		
Imposto de Renda a Compensar	53	151
Contribuição Social a Compensar	2	2
Outros Créditos Tributários Previdenciários	45	45
Redução ao Valor Recuperável	(45)	(5)
Total do Circulante	55	193
	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Não Circulante:		
Imposto de Renda Diferido – Ajustes Temporais	402	136
Contribuição Social Diferido – Ajustes Temporais	235	73
Imposto de Renda Diferido TVM – Ajustes Temporais	8	-
Contribuição Social Diferido TVM – Ajustes Temporais	6	-
Outros Créditos Tributários e Previdenciários	43	43
Redução ao valor recuperável	(43)	(43)
Total do Não Circulante	651	209

Os créditos tributários decorrentes de ajustes temporais são originados exclusivamente de adições/exclusões temporárias.

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

30.06.2020 **31.12.2019**

Imposto de renda / Contribuição social

Redução ao valor recuperável de operações de capitalização	834	435
Provisão de despesas operacionais	197	-
Participações nos lucros (*)	37	59
Provisão de contingências cíveis	447	-
Outras reduções ao valor recuperável	91	49
Total das diferenças temporárias	1.606	543
Alíquota aplicada IRPJ – 25%	402	136
Alíquota aplicada CSLL – 15%	235	73

(*) Não aplicável para CSLL.

A constituição de créditos tributários de ajustes temporais está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos créditos tributários em até 10 anos.

A projeção de prazo para a realização dos créditos tributários está apresentada, conforme quadro a seguir, por ano de realização:

Período	Projetado - 30.06.2020					
	Créditos Tributários	IR Diferido	%	Créditos Tributários	CSLL Diferida	%
2020	355	88	21,89%	355	53	22,55%
2021	39	10	2,49%	-	-	0,00%
2022	-	-	0,00%	-	-	0,00%
2023	-	-	0,00%	-	-	0,00%
2024	766	192	47,76%	766	115	48,94%
2025-2027	447	112	27,86%	447	67	28,51%
2028-2029	-	-	0,00%	-	-	0,00%
	1.607	402	100%	1.568	235	100%

7.2. Depósitos Judiciais e Fiscais e Outros Créditos

	30.06.2020	31.12.2019
Adiantamentos a Funcionários	42	6
Depósitos Judiciais	-	4
Adiantamentos Administrativos	-	1
	42	11

8. Imobilizado

Descrição	Taxa de Depreciação	Saldo em 31.12.2019	Aquisição	Baixa	Saldo em 30.06.2020
Equipamentos	10% a.a.	5	-	-	5
		5	-	-	5
Depreciação/Amortização Acumulada		(1)	(1)	-	(2)
		4	(1)	-	3

9. Intangível

Descrição	Taxa de Amortização	Saldo em 31.12.2019	Aquisição	Baixa	Transferência	Saldo em 30.06.2020
Despesa com desenvolvimento para sistema de computação	-	64	641	-	-	705
Outros Intangíveis	20% a.a.	1	232	-	-	233
		65	873	-	-	938
Amortização Acumulada		(1)	(16)	-	-	(17)
		64	857	-	-	921

10. Obrigações a Pagar

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Dividendos e JCP a pagar	1.360	850
Fornecedores	65	40
Pagamentos a efetuar	60	58
Participação nos lucros	39	60
Outras obrigações a pagar	13	13
	<u>1.537</u>	<u>1.021</u>

11. Impostos, encargos sociais a recolher e encargos trabalhistas

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Impostos e encargos sociais a recolher:		
Imposto de renda retido na fonte	597	1.134
Contribuições previdenciárias e FGTS	227	81
Imposto de renda retido na fonte sobre Juros sobre Capital Próprio	45	75
Imposto sobre Serviços Retido	7	15
Outros Impostos e Encargos Sociais	8	15
	<u>884</u>	<u>1.320</u>

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Encargos trabalhistas:		
Provisão de Férias	206	158
Encargos Sociais a Recolher sobre Férias	84	54
13º Salário	43	-
	<u>333</u>	<u>212</u>

12. Impostos e Contribuições

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
COFINS	970	556
PIS	158	90
Imposto de Renda	37	123
Contribuição Social	23	75
	<u>1.188</u>	<u>844</u>

13. Débitos Operacionais

Está representado basicamente por gastos relacionados a serviços profissionais de auditoria com sorteios, preposto, promotores e distribuidores de títulos de capitalização.

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Distribuidor de títulos de capitalização	197	-
Auditoria com sorteios	21	26
Preposto	22	35
Outros	19	157
	<u>259</u>	<u>218</u>

14. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são representados, basicamente, por cobrança antecipada de arrecadação com títulos de capitalização. Estão distribuídos conforme demonstrados a seguir:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
De 01 a 30 dias	-	724
	<u>-</u>	<u>724</u>

15. Provisões Técnicas

Abaixo apresentamos a movimentação das provisões técnicas:

	<u>PMC</u>	<u>PDA</u>	<u>PRA</u>	<u>PSP</u>	<u>PSR</u>	<u>PCS</u>	<u>TOTAL</u>
Saldo em 31.12.2018	26.814	360	104	8.847	-	-	36.125
Constituição	189.276	7.787	178.509	141.347	69.133	72.197	658.249
Reversão	(178.509)	(7.300)	(178.565)	(141.797)	(69.131)	(72.197)	(647.499)
Juros + Correção Monetária	510	-	-	(437)	-	-	73
Saldo em 31.12.2019	38.091	847	48	7.960	2	-	46.948
Constituição	85.661	5.465	105.292	60.954	28.670	32.251	318.293
Reversão	(105.292)	(5.361)	(105.270)	(65.339)	(28.672)	(32.251)	(342.185)
Juros + Correção Monetária	327	-	-	-	-	-	327
Saldo em 30.06.2020	18.787	951	70	3.575	-	-	23.383

16. Tributos diferidos

Em 31.12.2019, o saldo de R\$ 34 e R\$ 20 está representado por imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os outros resultados abrangentes, respectivamente.

17. Outros Débitos

A rubrica “Outros Débitos” está composta conforme demonstrado a seguir:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Provisões Cíveis	447	-
	<u>447</u>	<u>-</u>

Abaixo apresentamos a movimentação das Provisões Cíveis:

	<u>Saldo em 31.12.2019</u>	<u>Novas provisões/ incremento</u>	<u>Atualização</u>	<u>Saldo em 30.06.2020</u>
Cíveis	-	450	(3)	447
Total	<u>-</u>	<u>450</u>	<u>(3)</u>	<u>447</u>

Segundo os advogados da Sociedade, as contingências passivas existentes estão compostas da seguinte forma:

Em 30.06.2020

Processos	Expectativas de Perdas			
	Prováveis		Possíveis	
	<u>Estimado</u>	<u>Contabilizado</u>	<u>Estimado</u>	<u>Contabilizado</u>
Cíveis	447	447	939	-
Trabalhistas	-	-	5.856	-
Total	<u>447</u>	<u>447</u>	<u>6.795</u>	<u>-</u>

As naturezas dos processos assim estão resumidas:

• Cíveis

Os montantes de R\$ 447 classificado como perda provável, corresponde a sobre ações onde os autores requerem o pagamento de sorteios, o resgate dos títulos emitidos e indenizações por dano moral. Os processos com possibilidade de perda provável tratam de demandas onde a Capemisa Capitalização, avaliando as características da ação e o entendimento dos tribunais, julga que as possibilidades de vitória são remotas.

Os processos com possibilidade de perda possível no montante de R\$ 939, tratam de demandas em que a Sociedade, considerando as características da ação e o entendimento dos tribunais, julga que o risco de perda possível.

• Trabalhistas

O montante de R\$ 5.856 classificado como perda possível, referem-se a contingências em curso em diversas Varas da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais, que retratam pleitos de reconhecimento de vínculo empregatício e declaração de responsabilidade subsidiária, que implicam em análise de caso a caso, não se aplicando jurisprudência, mas sim em decorrência dos elementos constantes das reclamações.

18. Patrimônio Líquido

18.1. Capital Social

O capital subscrito é de R\$ 16.759 (R\$ 16.759 em 2019) e está representado por 15.914.000 (15.914.000 em 2019) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e está assim composto: 15.794.000 ações para a acionista controladora, Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, e 120.000 ações para a acionista Capemisa Instituto de Ação Social.

18.2. Aumento de Capital

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2018, às 16 horas, na sede da Sociedade, os acionistas da Capemisa Capitalização S/A deliberaram pelo aumento do seu capital social, no valor de R\$ 3.501, com a emissão de 2.714.000 ações, sendo o valor de R\$ 3.500 integralizado na mesma data, e o saldo remanescente a ser integralizado até 31 de janeiro de 2019. A referida deliberação foi submetida à apreciação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP em 18 de janeiro de 2019, sob o nº de processo 15414.601415/2019-29.

Em 2019, através da portaria nº 45 de 03 de maio de 2019, a SUSEP aprovou as

deliberações tomadas pelo acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2018.

18.3. Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Sociedade até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com a Lei.

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, a constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, deverá constituir a Reserva de Investimento e Capital de Giro, que tem por finalidade assegurar investimentos no Ativo Permanente e acréscimo do Capital de Giro da Sociedade, podendo, inclusive, absorver prejuízos.

18.4. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. O Estatuto Social ainda autoriza a Sociedade, mediante proposta da Diretoria, aprovada pela Assembleia Geral, a declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço.

Com base na Assembleia Geral Ordinária de 28/02/2020, os acionistas ratificaram a proposta de destinação do lucro líquido de 2019, e deliberaram que o lucro líquido do exercício de 2019, após constituição das reservas obrigatórias, fosse destinado a constituição da reserva estatutária.

19. Patrimônio Líquido Ajustado – PLA

Apresentamos a posição do patrimônio líquido ajustado da Capemisa Capitalização em conformidade com a Resolução CNSP nº 343, de 26.12.2016:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Patrimônio líquido:	24.427	24.364
I- Ajustes Contábeis	(961)	(89)
Despesas antecipadas	(40)	(25)
Ativos intangíveis	(921)	(64)
II- Ajustes associados à variação dos valores econômicos	390	306
Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	390	306
Patrimônio líquido ajustado	<u>23.856</u>	<u>24.581</u>

20. Adequação de Capital

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Capital Base (a)	10.800	10.800
Capital de Risco (b)	4.539	4.783
CR Subscrição (i)	2.641	2.426
CR Crédito (ii)	1.186	1.558
CR Operacional (iii)	1.047	1.104
CR Mercado (iv)	305	566
Patrimônio líquido ajustado	23.856	24.581
Capital mínimo requerido (v) - CMR Maior entre (a) e (b)	10.800	10.800
Suficiência de capital - R\$	<u>13.056</u>	<u>13.781</u>

(a) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe que o Capital Base é o montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo;

(b) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe que Capital de Risco é o montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação.

(i) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de subscrição das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(ii) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(iii) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco operacional das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(iv) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de mercado das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(v) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades seguradoras, das entidades abertas de previdência complementar, das sociedades de capitalização e das resseguradoras locais. Capital Mínimo Requerido (CMR) é o capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco.

21. Detalhamento das contas de resultado

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
a - Custo de Aquisição	(41.572)	(17.667)
Distribuição de título de capitalização	(36.541)	(15.456)
Impressos e materiais de vendas	(3.240)	(1.252)
Vigilância	(728)	(243)
Processamento de dados	(345)	(63)
Preposto	(286)	(294)
Auditoria	(235)	(295)
Outros custos de aquisição	(197)	(64)
b - Outras Receitas e Despesas Operacionais	(1.181)	(455)
Receitas com prescrição de títulos de capitalização	34	61
Outras receitas com títulos de capitalização	-	3
Provisões judiciais	(447)	-
Despesas com consultoria	(369)	(400)
Outras despesas com títulos de capitalização	-	(57)
Redução ao valor recuperável	(399)	(62)
c - Despesas com Pessoal	(2.363)	(2.004)
Despesas com administração e empregados	(1.551)	(1.315)
Despesas com encargos sociais	(425)	(367)
Despesas com assistência social	(283)	(214)
Despesas com indenizações	(1)	(2)
Outras despesas com pessoal	(103)	(106)
d - Despesas com Serviços de Terceiros	(413)	(592)
Manutenção de Software	(328)	(501)
Outros	(85)	(91)
e - Despesas com Localização e Funcionamento	(221)	(224)
Aluguel	(100)	(88)
Malotes	(24)	(20)
Viagens	(21)	(50)
Outros	(76)	(66)

f - Despesas com Tributos	(2.295)	(1.093)
PIS e COFINS sobre operações de capitalização	(2.260)	(1.057)
Taxa de fiscalização	(35)	(34)
Outros	-	(2)
g - Resultado Financeiro	641	1.237
Receitas financeiras	1.122	1.453
Rendimento de renda fixa - títulos públicos	818	932
Rendimento de renda fixa - títulos privados	29	3
Outras receitas financeiras	275	518
Despesas financeiras	(1.081)	(216)
Despesas com provisões técnicas de capitalização	(327)	(165)
Despesas com fundos de investimentos	(89)	-
Despesas com títulos de renda fixa	(61)	(51)
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(4)	-
Despesa com juros sobre o capital próprio	(600)	-
Reversão dos juros sobre o capital próprio	600	-

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como segue:

	30.06.2020		30.06.2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ/CSLL e juros sobre o capital próprio	941	941	1.741	1.741
(-) Juros sobre o capital próprio	(600)	(600)	-	-
Resultado antes do IRPJ/CSLL	341	341	1.741	1.741
Adições/Exclusões permanentes	204	5	151	36
Adições/Exclusões temporárias	1.064	1.084	147	161
Lucro real	1.608	1.429	2.039	1.938
Alíquota nominal (*) – (**)	25%	15%	25%	15%
Impostos às alíquotas pela legislação vigente	390	214	498	291
Impostos devidos	390	214	498	291
Impostos apresentados na demonstração do resultado	(124)	(52)	(461)	(267)
Imposto corrente	(390)	(214)	(498)	(291)
Imposto diferido	266	162	37	24
Alíquota efetiva	13,18%	5,53%	26,48%	15,34%

(*) No caso do IRPJ, considera-se 10% sobre a parcela que exceder a R\$ 240 por ano, sendo aplicada proporcionalmente em períodos menores (R\$ 20 por mês). (**) A empresa aderiu ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770/2008 e regulamentado pelo Decreto nº 7.052/2009.

23. Transações com partes relacionadas

A Sociedade possui operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos decorrentes de tais transações estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A	-	-	1.741	1.242	1.702	1.738	1.089	1.093
Capemisa Instituto de Ação Social	-	-	10	6	-	-	-	-

23.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, está demonstrada a seguir:

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Remuneração e outros benefícios de curto prazo	992	603

24. Outros Assuntos

- CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do CPC 48 foi publicada em dezembro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

O normativo citado acima será aplicado quando referendado pela SUSEP.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados pela Administração e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

24.1. Marco Regulatório

Em 3 de maio de 2018, foi publicada a Circular SUSEP nº 569, que dispõe sobre a operação de capitalização, as modalidades, elaboração, operação e comercialização de títulos de capitalização e dá outras providências, com entrada em vigor em 120 dias da data de publicação.

Em 28 de agosto de 2018, foi publicada a Circular SUSEP nº 576 que alterou e regulamentou a Circular SUSEP nº 569, e estabelece regras para a elaboração, a operação e a propaganda/material de comercialização de títulos de capitalização, e dá outras providências, com entrada em vigor em 31/08/2018.

Com os novos normativos, os títulos de capitalização passam a ser estruturados em seis modalidades (Tradicional, Instrumento de Garantia, Compra Programada, Popular, Incentivo e Filantropia Premiável) e as Sociedades de capitalização não poderão comercializar títulos em desacordo com as normas após 120 dias de sua entrada em vigor.

Em 19 de dezembro de 2018, através da Circular SUSEP nº 582, que altera as Circulares SUSEP nº 569 e nº 576, houve a prorrogação do prazo de adaptação acima para 240 dias, dentre outras alterações.

Em 10 de junho de 2020 foi publicada a Resolução CNSP nº 384 que alterou alguns artigos da Resolução CNSP nº 15/1991 e em 22 de junho de 2020 foi publicada a Circular nº 607 que revogou a Circular SUSEP nº 569/2018 e alterou as Circulares 576/2018 e 582/2018, que passarão a produzir efeitos a partir do dia 01 de julho de 2020. A referida Resolução tem como principal objetivo estabelecer regras mais claras para o mercado de capitalização.

A Sociedade após processo de adaptação se encontra adequada dentro do prazo aos normativos emitidos pelo Órgão Regulador.

25. Comitê de Auditoria

Em consonância com Capítulo VII da Resolução CNSP nº 321/15, e alterações, a Capemisa Capitalização S/A aderiu ao Comitê de Auditoria instituído por sua Controladora, Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2020 da instituição controladora.

Jorge de Souza Andrade
Diretor – Presidente

Marcio Augusto Leone Koenigsdorf
Diretor

Marcio Coutinho Teixeira de Carvalho
Diretor

Rafael Graça do Amaral
Diretor

Elida Cristina Cassundé dos Santos Lopes
Contador – CRC – RJ 93.879/O-2

Patricia Fernandes Nepomuceno Pinto
Atuário – MIBA Nº 2476